

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRIATIVIDADE Esvaziada: A Economia Criativa de acordo os Ministros da Cultura depois do término da Sec	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2691925061	
CAPÍTULO 2	15
ABORDAGEM Fitoquímica e Farmacológica das folhas <i>Terminalia catappa</i> Linn (Combretaceae)	
Maria da Costa Belina	
Mônica Regina Silva de Araújo	
Beatriz Dias	
Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno	
Aluísio Marques da Fonseca	
Ana Isabel Vitorino Maia	
DOI 10.22533/at.ed.2691925062	
CAPÍTULO 3	28
ASPECTOS Socioambientais dos sistemas de Dessalinização implantados no Município de Barreira, Ceará, Brasil	
Maria Dasdores Gonçalo Costa	
Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto	
Juan Carlos Alvarado Alcócer	
José Wertson Gonçalo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2691925063	
CAPÍTULO 4	45
Cidadania e Participação Política: O que os livros didáticos de Sociologia falam sobre isso?	
Dayane Gomes da Silva Rodrigues	
Ninótica Rosa Vieira Andrade	
Marta da Silva Aguiar	
Ismael Ferreira do Nascimento	
João Vitorino dos Santos Gonçalo	
Isaiane Rozado Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250634	
CAPÍTULO 5	58
CONJUNTO Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário (RJ): Uma ruína esquecida?	
Patrícia Martins de Sá	
Maria Amália S. A. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250635	
CAPÍTULO 6	73
ESTUDO Quantitativo dos Impactos Ambientais dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Rosa dos Ventos	
Guilherme Geremias Prata	
Rejane Félix Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250636	

CAPÍTULO 7	86
FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL	
Rosenilda Marques da Silva Felipe Antonio Idêrlían Pereira de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.26919250637	
CAPÍTULO 8	94
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC	
Rodrigo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.26919250638	
CAPÍTULO 9	107
RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250639	
CAPÍTULO 10	120
SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	
Murilo de Sousa Almeida Francisco Nildo da Silva Maria Brenna Mendes Cunha José Abel Aguiar Silva Paz Henderson Castelo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506310	
CAPÍTULO 11	126
SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA	
Robson Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506311	
CAPÍTULO 12	141
TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS	
Maria Sara de Lima Dias Álaba Cristina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.269192506312	
CAPÍTULO 13	151
TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA	
Nairon Gaia Coimbra Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506313	
CAPÍTULO 14	164
AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Rossana Maria Marinho Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.269192506314	

CAPÍTULO 15	180
COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR	
Fátima Regina Cividini Paola Stefanutti Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.269192506315	
CAPÍTULO 16	192
COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO	
Flavia Querino Da Silva Emily Alves Cruz Moy Ana Angélica Leal Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506316	
CAPÍTULO 17	206
CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL	
Letícia de Cássia Costa de Oliveira Ana Maria Dalla Zen	
DOI 10.22533/at.ed.269192506317	
CAPÍTULO 18	219
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL	
Antonio Henrique Seixas de Oliveira Diana de Souza Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506318	
CAPÍTULO 19	236
OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS	
Luciane Marques Raupp	
DOI 10.22533/at.ed.269192506319	
CAPÍTULO 20	251
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.269192506320	
CAPÍTULO 21	264
SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	
Viviane Vidal Pereira dos Santos Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.269192506321	

CAPÍTULO 22 281

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade
Dayane Gomes da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.269192506322

SOBRE O ORGANIZADOR..... 293

SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Viviane Vidal Pereira dos Santos
UFPR

Maria Tarcisa Silva Bega
UFPR

RESUMO: Este trabalho avalia o processo de socialização possível em um condomínio vertical do Programa “Minha Casa, Minha Vida” implantado em 2011 em Curitiba, inicialmente composto por famílias cadastradas na COHAB e famílias de áreas de risco ambiental. A pesquisa usa informações socioeconômicas iniciais do cadastro da COHAB; base de dados atualizada através de pesquisa de campo; análise de trajetórias de famílias, obedecendo o perfil socioeconômica do condomínio. Os principais resultados apontam que a política cumpre parcialmente seu papel de garantia da casa própria, sem considerar as despesas de um condomínio vertical; muitos vendem seus imóveis e voltam para as áreas de risco. Além da homogeneidade relativa de renda, associam-se experiências e expectativas diversas da vida em um ambiente coletivo. A partir do estranhamento e da dificuldade na adaptação a esta forma de moradia, as famílias recorrem a novas redes de sociabilidade e de controle social, com grande mediação das práticas religiosas;

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Habitação; PMCMV; Condomínio; Cotidiano;

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da pesquisa de mestrado em Sociologia, que teve como objetivo principal avaliar o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) na pós-ocupação de um conjunto habitacional vertical. Além de investigar os alcances, limites da política habitacional e as mudanças promovidas na vida das famílias atendidas, estudou-se as trajetórias familiares para compreender a vida em condomínio experimentada por elas.

A análise proposta colocou o desafio de compreender as relações cotidianas estabelecidas no espaço do condomínio, que não puderam ser tomadas isoladamente, demandando, assim, compreender as estruturas pelas quais se processam ações, decisões, discursos, ideologias que constituem a política habitacional. Deste modo, tomou-se como referência a sociologia da vida cotidiana, campo delimitado por José de Machado Pais (2003, p.12) como:

A sociologia da vida cotidiana deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, isto é, o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade,

Pais (2003) advoga que a partir da análise do cotidiano – entendido como o aqui e o agora, mas que também é histórico e estrutural – é possível tecer o universo social entre as microestruturas e macroestruturas, assim como faz uma “lançadeira de tear” (PAIS, 2003, p.114) Diz respeito a uma proposta de artesanato sociológico que vai de encontro com a sociologia da vida cotidiana de José de Souza Martins (2014), superando a polarização do que este autor chama de sociologia das coerções, sobre o que é histórico e estrutural, e a sociologia da subjetividade, sobre o agora, as relações microssociais. Esta síntese entre o agora e o histórico seria possível a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11)

Tendo como base fundamental as análises macroestruturais a respeito da urbanização brasileira e das políticas habitacionais, a pesquisa se inspirou nas análises qualitativas de Magnani (2002) sobre a cidade. De acordo com ele as abordagens sobre a cidade no contexto do capitalismo, com base em variáveis, indicadores sociais, econômicos e demográficos, construíram visões sobre a urbanização e o caos urbano resultante deste processo como desemprego, ausência ou ineficiência dos serviços, equipamentos públicos, segregação e violência. Nestas abordagens, o autor aponta a ausência dos atores sociais, ou quando aparecem em geral são os representantes do capital e das forças do mercado financeiro:

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. (MAGNANI, 2002, p.15)

Neste sentido, propôs-se uma leitura do PMCMV a partir das trajetórias dos atores sociais (famílias atendidas pelo programa), suas experiências e práticas vivenciadas no conjunto habitacional. O estudo das trajetórias permitiu traçar uma relação entre as ações do Estado e as estratégias e dinâmicas destas famílias no espaço da moradia não documentadas pelas pesquisas macroestruturais.

O objeto de estudo foi o Residencial Vila Mariana, localizado no bairro Tatuquara, na periferia de Curitiba-PR. Diferentemente da imagem associada à capital paranaense em seus planos de urbanização e no discurso político e midiático enquanto “cidade modelo” e “capital ecológica”, este bairro se consolidou a partir de ocupações irregulares iniciadas na década de 1980 e foi alvo da ação do Estado a partir de 1990 com loteamentos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) visando reassentar famílias não só de áreas de ocupação desta região, como também de toda cidade. Em síntese, este processo conferiu ao bairro um estigma de um “bairro de favelados”, que associado aos índices de violência, criminalidade e pobreza, entre outros indicadores socioeconômicos, caracterizam-no como periférico. Atualmente o

bairro tem experimentado um processo de expansão e urbanização mais intensivo impulsionado em grande parte pelas ações do PMCMV. Trata-se de um conjunto vertical implantado em 2011, que atendeu 224 famílias, sendo estas “da fila” (188) e também famílias “de ocupação” (36).

“Fila” e “ocupação” dizem respeito a dois grupos atendidos pelo PMCMV em condições de precariedade no que diz respeito à moradia e renda. Em síntese, os primeiros são famílias com baixa renda que se submetem ao pagamento do aluguel oneroso da residência ou em “morar de favor” na casa de parentes. Estas famílias comprometem grande parte da renda com o aluguel ou “moram de favor”, em um local que não é de sua propriedade, que não lhe dá total liberdade para planejar, mobiliar, reformar e/ou investir, o que acaba motivando a busca pela casa própria. Neste caso, a política atua realizando o cadastro das famílias e as encaminhando para os empreendimentos por ordem de inscrição e sorteio. Os segundos vêm de uma situação de risco, seja ambiental ou de irregularidade da propriedade, em que a política atua na remoção das famílias destas áreas e as colocam em conjuntos habitacionais. Algumas das características associadas a estes espaços são a baixa oferta de estrutura urbana, serviços e equipamentos de uso coletivo, as estratégias traçadas para viver na cidade, como as ligações clandestinas e trabalhos informais, além dos altos índices de pobreza.

Ao habitarem um mesmo espaço, ambos os grupos carregam consigo distintas trajetórias de vida que, do ponto de vista de uma análise sociológica da política habitacional, ao serem analisadas permitiram compreender em que medida origens e situações de precariedades distintas produzem experiências diversas nestes novos espaços de moradia subsidiados pelo Estado, e que impactam nas percepções dos moradores a respeito de si, dos outros e do conjunto.

Teve-se como base inicial a pesquisa quantitativa amparando-se de duas técnicas de coleta de dados: pesquisa no acervo da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) de 2011 com informações sobre as 224 famílias selecionadas; formulário socioeconômico aplicado em cem domicílios em 2016 para compreensão das mudanças no perfil socioeconômico ao longo do processo – ambas tratadas no programa estatístico SPSS. A partir disto, utilizou-se da pesquisa qualitativa por meio da história oral (QUEIROZ, 1987, p.275) e do caderno de campo para analisar as trajetórias de vida de dez famílias, respeitando as características socioeconômicas encontradas. Nesta parte utilizou-se de entrevistas em profundidade com duração média de uma hora e meia, com o uso autorizado de gravador. As entrevistas foram transcritas e a análise foi realizada sobre a trajetória temporal e espacial de cada família, e foram elencados os temas recorrentes para uma análise em profundidade.

A ideia de trajetória trabalhada se constitui a partir do percurso destas famílias desde a antiga moradia até o conjunto habitacional. Buscando uma relação entre tempo e espaço, investiga-se o “antes”: de onde estas famílias vieram, a experiência anterior de moradia delas e o que as motivou a deixarem suas origens e se mudarem

para o conjunto habitacional. O “durante”: para compreender a partir das experiências relatadas no “antes” como se deu o processo de mudança, socialização e constituição da sociabilidade no novo local de moradia (SIMMEL, 2006). Por fim, o “depois”: passados quase cinco anos, como as famílias avaliam a situação atual e percebem este processo.

A pesquisa de mestrado visou compreender o presente a partir da reconstrução que as famílias fazem sobre o passado. Assim, compreendeu-se a memória como resultado de um processo de interações sociais, experiências vividas que se acumulam ao longo do tempo em determinados espaços e constituem a trajetória. (SANTOS, 2003) Tomou-se o conjunto habitacional como ponto zero onde estas distintas trajetórias se cruzaram e passaram a reconstruir suas vidas. Assim, a memória de cada família é também a memória coletiva sobre um mesmo processo. (HALBWACHS, 2004)

As delimitações espaço-tempo das trajetórias familiares (antes, durante e depois) não isentaram as categorias sociais, raciais, econômicas e religiosas que as perpassam e marcam a experiência de cada família. As narrativas foram complexas, refletiram falas e posturas que ora condiziam ora se contradiziam, assim como é a vida cotidiana. Entre uma narrativa linear alternaram-se confissões, desabafos, fofocas, expectativas. E a partir destas narrativas é que se buscou compreender a vida em um condomínio.

2 | ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO E A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

De acordo com Maricato (1996), o problema da moradia no Brasil teve emergência com a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade do trabalho livre. Se antes provisão da moradia era estava atrelada ao patrão, na emergência do trabalho livre, coube ao trabalhador adquirir sua moradia no mercado. E a terra que antes era destituída de valor econômico, adquirida através da ocupação, na medida em que o escravo foi desapropriado a terra passou a ser regulada e restrita àqueles que tivessem recurso para acessá-la. Com isso buscava-se “adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista.” (MARICATO, 1996, p.29)

Com a industrialização o Brasil experimentou um acelerado processo de urbanização a partir da metade do século XX, que tornou as cidades o local da reprodução da força de trabalho e da acumulação do capital industrial. A paisagem social e demográfica no Brasil passou por uma inversão residencial entre anos 1950 até 1980, tornando-se mais urbana do que rural. (SANTOS, 1996, p.29) O crescimento das cidades, conseqüente da concentração de atividades industriais e comerciais e dos processos migratórios, pressionou a oferta por serviços e bens, como saneamento, transporte, saúde, educação e habitação. (KOWARICK, 2000)

A população trabalhadora sem condições de adquirir uma habitação no mercado teve que habitar cômodos de cortiços nas áreas centrais das grandes cidades ou buscar áreas mais baratas, em geral desprovidas de serviços urbanos coletivos, configurando um *padrão periférico de ocupação*, expandindo o solo urbano de maneira descontínua. Nas periferias, os trabalhadores sem acesso ao financiamento de casas ou de materiais de construção, construíram suas casas através da autoconstrução de moradias, com o uso da sua própria força de trabalho e da ajuda de parentes e vizinhos, em horários de folga do trabalho, sem remuneração, com recursos próprios. Um processo comum até o final dos anos 1970 que configurou a *espoliação urbana*, pois somava a este processo a exploração da sua força de trabalho, a falta de acesso aos serviços públicos e às longas viagens que o trabalhador fazia do seu local de moradia até o seu local de trabalho. (KOWARICK, 1979)

Somente na década de 1960 é que o Estado brasileiro tomou a habitação como problema ao colocá-la na agenda das políticas públicas com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Tal política teria sido formulada a partir das necessidades de estratégias de poder e de ideologias do Regime Militar para difundir ideais a respeito da propriedade privada no contexto de temor ao comunismo. Sendo então um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural, sem equacionar efetivamente a questão das moradias. (BOLAFFI, 1976) A política do BNH usava o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar moradias para aqueles que comprovassem capacidade de comprometimento da renda. Assim, grande parte dos trabalhadores tinha dificuldades para acessar a moradia de qualidade por conta dos baixos salários, alto custo de vida, impedindo o compromisso com o financiamento.

A partir dos anos 1980, o modelo econômico implantado no Regime Militar começou a apresentar sinais de crise, com recessão e inflação, diminuindo a capacidade de pagamento dos financiamentos habitacionais. Assim, o sistema financeiro entrou em crise e o BNH foi extinto em 1986. Com a redemocratização, as pautas dos movimentos sociais foram incluídas na Constituição de 1988 destacando-se a emenda de iniciativa popular apresentada que possibilitou a inclusão da função social da propriedade (Artigo 5, inciso XXIII) e a função social da cidade (Artigo 182) e a criação do Capítulo II Da Reforma Urbana. Entretanto, a política habitacional ficou desarticulada, sem uma estrutura de âmbito federal que pudesse planejar e guiar as ações. O país enfrentou um período crítico no setor econômico até 2000, sendo o uso do FGTS e o endividamento público sendo evitados. (BONDUKI, 2008; ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado o Estatuto das Cidades como instrumento legal para apontar as diretrizes e princípios da política habitacional e garantir a participação popular para a construção de uma política mais democrática. Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades integrando a política habitacional com as demais pautas urbanas de saneamento, transporte e mobilidade e reforma urbana. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

Algumas das ações do governo no período foram: a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltados para a população de baixa renda, para distribuir as atribuições da política urbana em níveis federal, estadual e municipal.

Em 2007, em um contexto de crescimento econômico no país, o governo federal cria o Plano Nacional de Saneamento Básico e o Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC), realizando grandes investimentos em obras de infraestrutura: energia, rodovias, saneamento básico e habitação. (ARAGÃO; ARAÚJO; CARDOSO; 2011)

Em 2009, como enfrentamento à crise econômica emergente em 2008, foi lançado o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), visando por um lado aquecer a economia através do setor da construção civil, por outro equacionar o déficit habitacional do país que, segundo a Fundação João Pinheiro (2013), era de 5,792 milhões de moradias até 2012, subsidiando moradias para famílias com renda até três salários mínimos, e facilitando o financiando imobiliário para a classe média. Seus recursos são provenientes do Ministério das Cidades tendo e a Caixa Econômica Federal é seu agente operacional, que após o fim do BNH gerencia os recursos para financiamentos habitacionais.

O PMCMV atende a quatro faixas de renda familiar e se apresenta em cinco modalidades e é considerado o maior programa habitacional desde o BNH. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013). Desde sua criação, o programa vem sendo objeto de análise em diversos campos de estudo e recebendo diversas críticas no que diz respeito principalmente: à localização dos empreendimentos, em geral são construídos em áreas desprovidas de equipamentos e serviços coletivos, onde o preço da terra é mais barato comparado às áreas já estruturadas; à centralidade das empresas da construção civil na elaboração dos projetos e da Caixa Econômica Federal como agente operacional e avaliador destes projetos, fazendo com que estados e municípios se responsabilizem apenas pela seleção da demanda por moradia, além da baixa participação da sociedade civil no processo; à superprodução de moradias em um único empreendimento, concentrando um numero de excessivo de moradores que pressionam a oferta por equipamentos e serviços;

O PMCMV para famílias com renda até três salários mínimos apresenta critérios nacionais de seleção de famílias, e a partir destes os municípios estabelecem critérios discutidos nos conselhos municipais que, por exemplo, no caso de Curitiba ficou definido como prioridade os seguintes critérios locais: famílias em situação de vulnerabilidade social atrelada à precariedade habitacional; famílias residentes em Curitiba que pagam aluguel; famílias com três ou mais dependentes menores de 18 anos de idade. Após a implantação do empreendimento e a ocupação, o Estado se compromete com a entrega da moradia e o acompanhamento das famílias durante 180 dias. (COHAB-CT, 2012)

3 | O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO RESIDENCIAL VILA MARIANA

Visando uma atualização das informações fornecidas pelas COHAB-CT a respeito das famílias selecionadas no momento da implantação do residencial, em 2011, foi aplicado um formulário socioeconômico em cem domicílios para a identificação do perfil familiar, em 2016. Assim, os principais resultados encontrados foram:

- a. Após quase cinco anos as famílias “da fila” se fixaram no conjunto. Porém, a maioria das famílias “da ocupação” vendeu seus apartamentos e voltaram para suas áreas de origem;
- b. Houve uma mudança significativa no perfil das famílias, que antes eram amplamente compostas por “titular e filhos” (47,3%), enquanto as famílias nucleares (titular, cônjuge e filhos), correspondiam a 41,6%. Em 2016 as famílias nucleares passaram a representar 60%, enquanto as famílias compostas por titulares e filhos caíram para 25,3%. Mudança proporcionada pela segurança da casa própria que permite rearranjos familiares. É interessante observar que na medida em que acessam a casa própria as famílias entram no padrão nuclear;
- c. A renda familiar média permanece 2,1 salários mínimos, havendo, de um lado, uma ligeira melhora na renda familiar, com famílias que ultrapassaram a faixa de três salários mínimos, critério de seleção em 2011. De outro há um aumento no número de famílias sem renda, justificados, sobretudo, pelo desemprego no contexto da crise econômica;
- d. O valor médio pago pela moradia é de R\$ 60,23, equivalente a pouco menos de 5% da renda média familiar. Já o condomínio custa R\$ 218,55 em média, o que equivale a 3,6 vezes o valor da parcela; Lembrando que o valor da prestação é regressivo, ao contrário da taxa de condomínio sobre variações sobre a manutenção e possíveis melhorias no espaço;
- e. Atualmente homens e mulheres contribuem para a renda familiar na mesma proporção. Apesar disso, e das mulheres serem em 86% dos casos titulares dos apartamentos, elas são consideradas chefes de família em apenas 27,4% dos domicílios. Enquanto os homens são considerados chefes em 44,2% dos domicílios. Ou seja, a interpretação da chefia familiar é mais cultural do que econômica. (SARTI, 2005);
- f. O perfil geral encontrado em 2016, acrescentadas as variáveis cor e religião do titular, e a chefia familiar, é de famílias nucleares com renda média entre dois e três salários mínimos. Elas são oriundas de bairros das regiões Sul, Leste e Oeste de Curitiba, bairros que apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos da cidade. Em geral o casal trabalha e contribui para a renda familiar, mas o homem é considerado chefe da família. Ampla maioria dos titulares são mulheres brancas e pardas, evangélicas com pouca

escolaridade, que, quando não são donas de casa, trabalham no setor de serviços na área da limpeza, como diaristas, empregadas domésticas ou zeladoras. Com base neste perfil buscou-se selecionar as famílias para a pesquisa de trajetória de vida.

4 | A VIDA EM CONDOMÍNIO: DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE POSSÍVEL

Das dez famílias selecionadas, nove estavam cadastradas “na fila”, apenas uma era “da ocupação”, mas pagava aluguel nesta área. Todas as famílias entrevistadas tinham em comum o “sonho da casa própria”¹¹ como principal motivador para deixarem seus locais de moradia e acessarem o conjunto habitacional. Ampla maioria morava de aluguel anteriormente, mas não isto não se constituiu em um fator homogeneizador destas trajetórias. Há uma variação nas condições da moradia alugada, na localização e nos preços pagos de aluguel. Apenas duas famílias moravam de favor, uma com familiares e outra prestava serviços em troca da moradia. Oito destas famílias tiveram no residencial Vila Mariana sua primeira experiência de vida em um condomínio vertical.

Assim, com experiências e origens distintas, as famílias tiveram que lidar não só com sua adaptação pessoal e de sua família – corporal e espacial – mas também enfrentaram a adaptação em relação ao outro. E notou-se que os sacrifícios e estratégias pessoais são suportáveis em nome da casa própria. Mas aquilo que foge do controle privado – o modo de vida do outro – é o mais difícil. A partir da condição estrutural ali colocada, ou seja, uma vizinhança que não foi escolhida previamente pelas famílias – muitas vezes até indesejada – e das suas diferenças, tiveram que estabelecer cotidianamente um contrato para conviver naquele espaço social.

As narrativas familiares mostraram a memória coletiva sobre os primeiros anos de vida no condomínio. Relatam o processo de socialização, a dificuldade de adaptação e, principalmente, o desafio de recomeçar em um espaço desconhecido povoado por famílias distintas:

Eu acho que quando veio todo mundo pra cá, 224 famílias você pense, tudo de áreas diferentes. Porque eu morava no Boqueirão, tem gente que morava lá no CIC (Cidade Industrial de Curitiba). Então é bastante gente diferente. Não se conhecia. Foi terrível. Quem passou o primeiro ano sem sair daqui ficou até hoje. Mas no primeiro na foi muito difícil. E outra coisa, vieram de casa. Em casa você tem espaço, você sai e você não dá de cara com seu vizinho, você pode fazer uma festa. Aqui já não. E outra coisa, eles não era acostumados a viver com regras e aqui tem que ter regras, né. E aí que foi “trash”. Foi complicado. (Entrevistado 1, mulher, branca, evangélica, 37 anos, dona de casa)

A dinâmica imposta pelo condomínio produziu um disciplinamento moral e corporal. No caso dos condomínios populares, além da proximidade das unidades habitacionais, as “paredes finas” – estrutura do empreendimento – expõem o modo de vida de cada um. A vida coletiva em tal espaço implicou um tipo de comportamento

entendido por elas como “civilizado”, de forma que haja o controle dos impulsos e emoções, ou seja, a tomada de consciência sobre o outro. Apropriamo-nos livremente da noção elisiana (2000) na qual a civilização seria o resultado de um equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Os indivíduos educados sistematicamente, a partir de instituições de regulação e controle, sujeitam-se às regras sociais e ao autocontrole das emoções, dos impulsos e dos comportamentos considerados indesejáveis. Tais mudanças estariam ligadas, em longo prazo, às mudanças na estrutura da sociedade na formação dos Estados Nacionais, com maior interdependência e controle estatal.

Ao longo deste processo alguns *marcadores distintivos* (ELIAS, 2000) foram elaborados por estas famílias para que se diferenciasssem dentro do espaço social. Os marcadores identificados nas narrativas foram: a origem (“fila” ou “ocupação”), a posição espacial do apartamento dentro do condomínio e a condição de inadimplência.

A começar pela origem, de acordo com os entrevistados – predominantemente famílias “da fila” – determinadas famílias selecionadas não teriam conduta/educação/estrutura para morar em condomínio, para “viver em sociedade”. Tais famílias seriam as “da ocupação”, que carregavam consigo práticas sociais em que não há uma delimitação clara do privado e do coletivo, de maneira que a resolução dos conflitos pessoais extrapola “as quatro paredes” e adentra o espaço do vizinho ou se espalha pelo espaço coletivo.

Como aponta Lúcio Kowarick, as concepções que a sociedade tem sobre a vida em áreas de ocupação, bem como nos cortiços, são de que se trata de espaços em que a moralidade de seus habitantes é questionada, onde a pobreza e a ilegalidade são expostas: “locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade...” (KOWARICK, 2000, p.91) onde se associa criminalidade, violência, drogas e a perdição da juventude.

Tem pessoa que os apartamentos foram destinado a eles, então é um hábito de vida bem diferente, um modo de viver que não consegue viver em sociedade. Gente que tinha aquele modo de vida bem liberal que morava lá na beira da valeta, sabe?! (...). Daí vem pra cá e tem uma conduta que não condizia com o condomínio. Um pouco saíram, a maioria saiu porque não consegue viver. Não têm a educação que a gente tem. Dai teve bastante problema [no começo], porque roubavam mangueira, roubavam lâmpada, tinha usuário de droga né?! Dai sumiam as coisas, tentaram arrombar, teve uns apartamento que eles entraram. Tinha gente de bem e gente que não queria nada da vida, só bagunçar. (Entrevistado 9, mulher negra, 40 anos, católica, educadora)

Como colado na fala, e nos dados da pesquisa quantitativa, a maioria das famílias da ocupação deixaram o condomínio. Por conta das dinâmicas, normas de convivência e as despesas com a prestação do apartamento e com a taxa de condomínio, estas famílias teriam vendido ou alugado seus imóveis e voltado para as áreas de origem.

Com isto e com as experiências vividas pelas famílias entrevistadas no primeiro ano de mudança, fizeram-nas compreender que teria havido uma espécie de “contaminação” no condomínio. Mesmo que a maioria das famílias da ocupação tenha

deixado o condomínio, os problemas com drogas, furtos e violência permaneceram. Nota-se uma identificação das práticas sociais, carregadas de significação negativa – drogas, furtos, depredação, inadimplência – associadas a estas famílias.

Como Elias (2000) mostra em sua experiência em Winston Parva, as famílias “da ocupação” pareceram representar uma *minoría dos piores*. Uma vez que, mesmo tendo sido atendida em menor proporção neste conjunto habitacional (15%), se comparadas às famílias “da fila” (85%), suas práticas, - ou mais que isso - a representação que se têm sobre vida nas áreas de ocupação, deixaram marcas que refletem na explicação dada pelas famílias entrevistadas sobre os problemas permanecem recorrentes no condomínio. Associam ao “outro”, as famílias *outsiders* neste espaço, uma série de impasses para o bem viver em um ambiente

Embora a pós-ocupação tenha sido representada por “dias tenebrosos”, há uma unidade nas falas ao relatarem o presente lembrando o passado, para construir sua avaliação de que hoje em dia a vida está melhor, sem isentar as experiências negativas que viveram ali. As famílias percebem que viver em apartamentos não é um problema, pois as questões como falta de espaço, privacidade e barulho (na opinião deles), são questões cotidianas e suportáveis. Até mesmo a respeito dos problemas como drogas e violência, há um entendimento disso “tem em todo lugar”. Apesar do estranhamento inicial, cada um a sua maneira traça estratégias e vai, pouco a pouco, ajustando-se ao modo de vida do outro.

Outro marcador apontado pelas famílias é a posição do apartamento, sobretudo dos blocos, dentro do condomínio. O projeto do empreendimento concentrou uma grande parte de blocos próxima às áreas de lazer. Morar longe de tais áreas, onde tem “fervo”, onde a sociabilidade acontece e, conseqüentemente, os problemas são mais constantes, foi tomado como um marcador distintivo por estar em uma área privilegiada, mais tranqüila e reservada. Foi observada também uma questão topográfica, que por conta de um declive no terreno os blocos mais reservados ficaram posicionados na porção superior do terreno. Assim formou-se uma divisão entre os moradores “de cima” e os moradores “debaixo”. Tal divisão teria sido reforçada pela ação do primeiro síndico que morava na parte “de cima” e lançava fofocas depreciativas a respeito da inadimplência dos moradores “debaixo” como justificativa para investir na área onde morava em detrimento da parte “debaixo”, onde se concentram os parques, a quadra de esportes e demais áreas comuns.

A inadimplência se configurou como outro marcador distintivo. Foi colocada como um grande problema que impacta na convivência em condomínio. A manutenção dos espaços e equipamentos coletivos traz custos para o condomínio que, no final das contas, são socializados para todos os moradores. A vida em condomínio impõe também uma obrigação financeira mensal, que compõe um fundo social para a manutenção do local e as possíveis obras e investimentos para a melhoria do espaço.

Muito mais complexa do que a simples oposição entre “quem paga” e “quem não paga”, as famílias muitas vezes retomam a origem para justificar a inadimplência. As

famílias que levantaram a inadimplência como um problema, atribuíram-na às famílias da ocupação, pois estas não estariam acostumadas a pagar conta:

Existem aqueles assim, eles saíram da área de risco e vieram morar pra cá, mas nunca pagaram uma luz, uma água, uma conta! E estão com o condomínio atrasado, a prestação atrasada... Eles não pagam conta! E isso dificulta pra os outros moradores na questão do custo do condomínio. Porque recaí esse custo pros outros, entendeu? Então tem pessoas que saíram de lá, vieram pra cá e continuam sem pagar nada. E isso causa prejuízo pros outros moradores. Agora o que fazer com eles não sei também. Tem que ir deixando a Caixa Econômica... Ou alguém tomar uma atitude em relação a eles né?! [Eles] Destruíram apartamento, quebraram, estouraram...não pode! Eles correm o risco por fazer isso de perder o apartamento. E não tá intacto o apartamento, tá destruído! Não sei como é que eles vivem. Sobrevivem na verdade. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

De certa forma, as famílias “da ocupação” não tinham necessariamente a obrigação do aluguel nas áreas de origem e poderiam, inclusive, sobreviver sem o pagamento de tarifas públicas a partir de estratégias como as ligações clandestinas, o “gato”. Ao passarem a habitar a “cidade legal”¹⁴ foram acrescidas não só as tarifas públicas, como também o pagamento do imóvel e da taxa de condomínio. Mas é importante colocar que quase metade das famílias entrevistadas declarou estar ou que já estiveram em situação de inadimplência, provocada momentaneamente pelo desemprego estrutural ou por casos de doença. Ou seja, na realidade a condição de inadimplência ultrapassa o marcador da origem.

Os casos contados sobre a inadimplência foram na maioria das vezes relatados quase que em segredo. Para as famílias de baixa renda a honestidade sobre ter o “nome limpo” é tudo o que se pode carregar, uma vez que não há garantias e recursos econômicos que possam lhe assegurar. Sendo assim, há um compromisso muito forte em “pagar as contas certinho, tudo em dia”, uma associação do que é “dever”, mas pouca identificação do que vem a ser “direito”. Deste modo, a inadimplência coloca em risco o pouco do que quem é pobre pode garantir, ou seja, sua honestidade.

A política habitacional é altamente subsidiada pelo Estado, restando à família um pequeno percentual a ser pago pela casa, comparando ao valor a ser desembolsado no mercado imobiliário. No caso da produção habitacional de condomínios verticais, além do compromisso estabelecido entre o titular e a Caixa Econômica, há também o estabelecimento de um contrato coletivo com o condomínio, que se torna também uma forma de controle social entre os condôminos. O não cumprimento deste contrato implica em uma condição *estigmatizante*¹⁵. A inadimplência momentânea relatada, que ocorre em segredo, passa ao largo dos olhos da vizinhança. Mas quando identificada se torna um fator de *segregação social*:

Já fui julgada logo no começo, acho que depois de um ano que eu tava aqui. Um dia tinha gente no salão de festas aqui atrás e eu falei que (...) as crianças tavam tudo dormindo, eles tinham que levantar no outro dia pra ir pra escola. Dai eu peguei, abri a janela com toda a educação aí eu falei assim “o pessoal, não dá pra vocês falarem mais baixo que as crianças tão dormindo...” Aí um homem pegou e falou assim: “você não tem que abrir a boca pra nada, você não tem que falar nada

porque você não paga então você não tem direito de apitar nada aqui dentro.” (...) E uma vez também a minha vizinha chegou e falou pra mim que (...) a vizinha do bloco 1 falou assim “ na hora que vim a ordem de despejo aquela dali vai ser a primeira a ser despejada”. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

A inadimplência é colocada como um divisor entre os pobres, que constroem imagens e representações, de maneira que, de um lado está o trabalhador, a pessoa de bem que paga as contas, do outro está o inadimplente, que vive “à toa”, o devedor. E ambos convivem injustamente, de acordo com as falas, no mesmo espaço, “porta com porta”. A inadimplência coloca um impasse nas relações de vizinhança. Pois se, por um lado, há a demarcação das diferenças no espaço social, em que alguns dizem ser mais merecedores de estarem ali do que outros, por outro a noção de igualdade colocada é sobre a relação contratual em que todos devem dar sua contraprestação para o bem-viver no condomínio.

Dos problemas colocados até aqui, todos pareceram terem tido maior ocorrência nos primeiros anos da pós-ocupação no conjunto habitacional, com exceção da inadimplência. Com o passar do tempo, ajustes na ordem privada e coletiva foram sendo feitos para que as “abóboras se acomodassem à carroça”¹⁶. Alguns temas mereceriam maior atenção e aprofundamento. Mas para o propósito deste artigo, alguns recortes foram necessários. No entanto, algo que não poderia deixar de ser tratado é a questão da religião, que parece mediar relações e momentos de sociabilidade.

Foi possível notar que muitas vezes a melhora de vida relatada está muito associada à adoção mais rigorosa de práticas religiosas após a mudança para o condomínio. Sobretudo para aqueles que enfrentaram ou enfrentam momentos de crise financeira e doença na família, a inserção na igreja e o maior contato com Deus é um marcador apontado como responsável pela melhora de vida ou pelo fortalecimento para enfrentar os momentos difíceis.

O perfil religioso do condomínio é de evangélicos (pentecostais e neopentecostais) e católicos, respectivamente. Entre as famílias pesquisadas, sete são evangélicas e as demais são católicas. O tema da religião apareceu espontaneamente apenas nas famílias evangélicas, muita das vezes para falar sobre uma rede estabelecida através orações e convites para ajudar aqueles que estão passando por necessidades.

A religião é acionada não só como uma saída para a juventude colocada como ameaçada, mas também para os problemas gerais resultantes do desemprego e da doença. De acordo com as entrevistas, o temor dos pais em relação aos filhos adolescentes tem um marcador de gênero: para meninos são o envolvimento em assaltos e o uso e tráfico de drogas. Para meninas é a gravidez na adolescência ou a prostituição. É criada uma rede de inserção e colaboração no condomínio:

As vezes eu levo [para a igreja] duas, eu levo três [adolescentes]. Falta de convidar não é. Nós tamo semeando! A gente convida, a gente faz a parte da gente. (...) E aqui tem muitas pessoas que necessitam... de alimento... Então às vezes eu pego do meu... Você tá vendo a pessoa assim tá sofrendo, não pode nem trabalhar aí reparte. Ai eu fui na Igreja falei com o pastor, o pastor [disse] “Não! Nós vamos

levar umas coisas também, vamos ajudar!” Sempre tá dando uma cesta pra uma pessoa que tá precisando. (...) Mas com jeitinho Deus vai abençoar esse lugar aqui, esse condomínio né?! A gente ora muito por esse condomínio. Eu gostaria muito que tivesse assim uma-duas servas aqui pra... sabe...ganhar os adolescente pra gente. Meu sonho é esse, trabalhar com as criança, tanto as criança tanto com os adolescente como os adulto também. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

Em um contexto social e geográfico em que há um maior número de igrejas do que equipamentos e serviços públicos, ou seja, pouca ação do Estado, a resolução dos problemas cotidianos, dos problemas de vida, é buscada em outras instâncias mais acolhedoras que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade. É importante colocar, ainda que não caiba no propósito deste artigo o aprofundamento necessário, que a religião também se apresentou como um fator de segregação em alguns casos, pois não é toda manifestação e forma de sociabilidade religiosa que é permitida no espaço do condomínio. Diz respeito, sobretudo, às manifestações evangélicas.

5 | UMA BREVE AVALIAÇÃO DO PMCMV

Assim como avaliam Paz et al. (2015), em uma pesquisa realizada em um condomínio popular do PMCMV em Osasco-SP, não só a estrutura de condomínios verticais, mas também o modelo de gestão condominial, inspirados nos condomínios do mercado de classe média, não se configuram como a melhor alternativa para as famílias de baixa renda. Apesar de resolver em grande número o problema imediato de moradias, tal forma têm motivado situações de irregularidade das famílias e reforçado em alguns casos a vulnerabilidade social.

Um dilema colocado por Paz et al. (2015) e que se refletiu também nesta pesquisa é que a verticalização da moradia reforça o condomínio como um espaço fechado, cercado por aparatos de segurança. Além da constituição do espaço privado, de maneira que a manutenção dos espaços do condomínio, ruas, iluminação, entre outros, são de responsabilidade do condomínio. O que poderia ser resolvido pelo Estado, nos condomínios verticais, tornam-se problemas privados. A manutenção da vida em condomínio acaba gerando um alto custo de vida para as famílias de baixa renda.

Sobre os limites da política apontados nas entrevistas cabe colocar a produção de “novas ilegalidades” a partir da vida em condomínio. Primeiro pelo fato da baixa fixação das famílias “de ocupação” ao condomínio. Ao venderem seus imóveis e voltarem para as áreas de origem, elas são excluídas da política habitacional, pois o programa não permite transações imobiliárias. Segundo, para as famílias de baixa renda que permaneceram, independentemente da origem, o modelo de produção habitacional por apartamentos impõe o pagamento da taxa de condomínio, o que gerou para muitos o endividamento.

Por um lado, o programa possibilitou uma melhora significativa na vida daqueles que vieram do aluguel mais oneroso. As famílias que apresentam maior escolaridade e/ou renda, que anteriormente moravam em bairros ligados à rede de urbana, cuja condição da moradia anterior era similar ou superior à moradia atual, de fato apresentam diminuição significativa das despesas com moradia e conseqüente aumento do poder de consumo.

A seguir, a percepção do programa sob a perspectiva de quem morava de aluguel em um apartamento em um bairro considerado de classe média, e não só teve uma experiência positiva com a política habitacional, podendo ascender ao mundo do consumo de bens e serviços, como observa a melhora na vida de alguns de seus pares:

Mas eu acredito que as pessoas cresceram muito aqui. Porque, olha só... É até engraçado de olhar. Porque tem poucas vagas de carro. Com as pessoas pagando menos, com R\$500 que eu pagava de aluguel, hoje o condomínio dá em média R\$200 e a casa que dá uns R\$60... Olha o quanto me sobra se eu fosse pagar aluguel. Com certeza [as pessoas] começaram a pensar em mobiliar a casa, em pensar num curso pra um filho... comprar um carro. E então encheu. Hoje é aquela coisa sabe?!...Hoje eu acho que as pessoas evoluíram, melhoraram, já tem mais perspectiva de vida. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Agora, para aqueles que também vieram do aluguel mais barato, em bairros periféricos, com estrutura similar ao bairro da atual moradia, que moravam em casas até mais simples, muitas vezes alugada a partir de “contrato de boca”, enfrentam o endividamento familiar. Como a nova vida implica o estabelecimento de contratos formais, de maneira que não são possíveis acertos e atrasos, em tempos de crise, seja em casos de desemprego estrutural ou de doença na família, passam por períodos de endividamento, inadimplência e o constrangimento do “nome sujo”, impedindo o acesso aos bens de consumo, além do controle social dentro do condomínio.

A seguir, a experiência de uma família que morava de aluguel em pequena casa em um bairro próximo, também na periferia de Curitiba, e que o único provedor perdeu o emprego em uma fábrica no contexto da crise econômica:

Olha, o meu condomínio do mês passado e desse mês tá atrasado. A administradora mandou uma cartinha pra mim ir lá resolver isso aí, né?! Aí no caso eu fui lá e conversei com eles, né?! Assim que eu voltar a trabalhar eu vou lá acertar. Mas condomínio é uma coisa que mais que você teje explicando eles não querem saber, eles querem receber! Prestação eu tô com as três última atrasada só. No caso agora eu tô esperando setembro e eu vou lá e regularizo. Isso tem que regularizar. O condomínio eu vou levando com a barriga, pagando de luxo. (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Mesmo tendo contratos que não podem ser ajustados, que resultam em juros por conta dos atrasos, inadimplência, estas famílias avaliam que por dizer respeito à casa própria os sacrifícios feitos são válidos, em nome de um bem que ficará para a família.

E por fim, cabe colocar a experiência extrema das famílias que vivem a angústia de permanecer no condomínio, uma vez que as dívidas vêm se acumulando de maneira

que não há perspectiva de quitação e ainda precisam conviver com o *estigma* dentro do condomínio. É a experiência da única família “da ocupação” entrevistada:

Eu tô perdendo isso aqui pra falar bem a verdade. Não sei como que não foi pra leilão ainda né?! (...) Só que eu penso assim, que se eu sair daqui eu vou pra rua com as crianças. Eu vou pra onde sem renda sem nada? Não tem pra onde ir. Eu acho que pessoas que nem eu e muito aqui dentro que tem, eles não deveriam ter colocado pra morar em condomínio (...) Eu acho assim, a pessoa [agente da COHAB] não pensou assim “Nossa, será que um dia ele não pode ficar desempregado?” Né?! E tipo assim, eles não pensaram nisso. Que nem eu com a quantia de filhos que eu tenho eles deviam pensar assim “Não, vamo colocar ela numa casinha dessas que paga R\$60 por mês.” Não! Coloca num apartamento que toda vida ela vai ter dívida, não é verdade?! Só que...eu não sei...foi conversado, a COHAB falou ali pro CRAS né?! Porque eu sou atendida pelo conselho, pelo CRAS, posto de saúde... Eles tão tudo em cima de mim porque meus filhos são atendidos pela Rede de Proteção. Então eu acho assim que independente a COHAB devia reverter isso daí. Olhar pra isso e falar assim “Vamo tirar ela daqui, bota num outro lugar!” E passar pra uma pessoa que tivesse condições de pagar aqui e [eu] começava do zero, não é verdade?! (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Esta fala aponta não somente que os critérios de seleção da política habitacional precisam ser refinados, mas também a necessidade de uma avaliação posterior sobre as experiências das famílias no condomínio vertical e a possibilidade de mudança para locais que atendam as características da família. Ou a integração com as demais políticas sociais visando à transferência de renda ou à promoção de alternativas para a geração de renda familiar.

As famílias apontam também a necessidade de um acompanhamento mais efetivo e contínuo não só da COHAB, como também das instituições financeiras governamentais a respeito da fiscalização dos casos de venda e aluguel clandestino, e da inadimplência.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou sintetizar os principais pontos da pesquisa de mestrado que teve como objetivo principal a avaliação do PMCMV sob a ótica das famílias beneficiárias a respeito da pós-ocupação. À luz do que propõe a sociologia da vida cotidiana – um artesanato intelectual que costura estruturas e processos sociais às relações cotidianas – esta pesquisa trabalhou com trajetórias de vida de famílias de um condomínio vertical. As narrativas contemplaram o processo de quase cinco anos desde a saída de seus locais, a mudança e a vida em condomínio e como avaliam a vida atualmente. A pesquisa mostrou que o PMCMV resolve parcialmente o problema da moradia, pois não isenta as famílias da condição de vulnerabilidade social e também não garante a permanência das famílias no modelo de produção de habitação por condomínios verticais. A pós-ocupação gerou impactos inserindo famílias em novas condições de ilegalidade. Além da adaptação corporal, moral e espacial que imputam novas práticas sociais, a vida em condomínio de apartamentos impõe obrigações financeiras que correspondem a novas formas de controle social entre as famílias,

sobre, por exemplo, “quem paga” e “quem deixa de pagar”. Ao inadimplente são associadas outras práticas como a bagunça, a sujeira, o uso ou tráfico de drogas, o furto. Busca-se na sociabilidade, mediada na maioria das vezes pelas práticas religiosas, perspectiva de solução para estes problemas da vida em condomínio.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, T. A., ARAÚJO, F. de S., CARDOSO, A. L. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.
- BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p.37-70
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, v.2, ed.12, 2013.
- ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1994.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). **Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>
- GOFFMAN, E. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.2-50.
- HALBWACHS, M. Memória coletiva e memória individual. In: **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Editora Vértice Revista dos Tribunais, 1990, p.25-52
- KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. A autoconstrução de moradias e a espoliação urbana. In: **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.55-74
- MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, nº49, 2002, p.11-29
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARIZ, C. L. A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, outubro de 1991, nº33.
- MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- PAIS, J. M. **Vida Cotidiana**. Enigmas e revelações. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

PAZ, R. D. O. et al. Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: **Minha Casa... E a cidade?** Org. AMORE, C.S et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, Ed.1, 2016.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Ciência e Cultura**. v.39, p.272-286, 1986.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, ed. 3, 1994

_____, M. S. História e memória: o caso do Ferrugem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº46, 2003, p.271-255

_____, O. A. **O estigma no Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. Estratégias discursivas e práticas sociais de reversão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VASCONCELOS, E. M. A. Habitação de Interesse Social: novos desafios a os atores sociais urbanos. **XXIX Congresso Latino americano de Sociologia**. Santiago do Chile. 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269